

Coruche Precisa de Uma Política Pública de Inclusão Digital e de Banda Larga a Preços Estreitos



Por: António Pinheiro da Costa
movimento@e-coruche.net
www.ticmais.net

Quero crer que a grande maioria dos responsáveis políticos têm plena consciência de que o futuro das nações e das regiões será fortemente influenciado pela forma como as novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) forem assimiladas, bem como do sucesso e da rapidez dessa absorção.

Portugal está já relativamente bem colocado nos indica-

queles com acesso aos benefícios das TIC seja aumentado drasticamente, porque a realidade está à vista.

“Não há pior cego do aquele que não quer ver”.

Promover a inclusão digital implica vontade e acção política. Não basta massificar o acesso às tecnologias. Esta é uma condição necessária mas insuficiente. É necessário construir uma consciência colectiva de uso das tecnologias, é fundamental para todos os cidadãos ter acesso à informação, saber conviver com ela, saber consumi-la e utilizar os instrumentos e meios a ela ligados. Mas a exclusão só termina no momento que o utilizador compreende que o computador é um meio de acesso à educação, ao trabalho, ao

quando usar cana de pesca”

Será no mínimo ingénuo confiar que as forças e interesses dominantes, que têm conduzido o rumo da história, se ocupem de defender direitos humanos e de cidadania, seja sob que paradigma for. Mas também é ingenuidade pensar que contrapor a essas forças seja um exercício inútil ou uma responsabilidade que compete apenas aos conhecedores da matéria. Pugnar por uma sociedade da informação onde todas as pessoas tenham as mesmas oportunidades de acesso ao conhecimento, à informação, a canais e oportunidades de expressão cabe a cada um de nós. Nunca é demais lembrar que a sociedade da informação somos nós, seres humanos, sem os quais não há rede possível.

disponibilizar livros, disponibiliza serviços tecnológicos, formação e certificação em TIC que já percorre alguns concelhos do país.

Outras iniciativas interessantes são a criação de **Centros Locais de Recuperação de Equipamento Informático**, que recebem hardware usado, fazem o seu acondicionamento e recolocam-no para programas de inclusão digital. Estes centros para além de formar e capacitar profissionalmente os jovens que neles se inserem, dão seguimento do material não recuperado, para programas de reciclagem ambientalmente correctos.

Não se pode deixar unicamente nas mãos das forças do mercado o papel de regular o acesso aos conteúdos da Internet.

como aliado.

Além disso, será preciso manter as salas de informática “constantemente” abertas e com um profissional que a assuma e fique responsável pela “alfabetização” digital. Primeiro, é preciso anular a barreira do acesso. Depois, é preciso manter essa ligação, é fundamental a instalação de laboratórios de informática com acesso à Internet nas escolas públicas, dinamizando os seus sites, envolvendo aqui os alunos.

Portanto, hoje, escola e professores estão confrontados com novos desafios: fazer da Escola um lugar mais cativante para os alunos e fornecer-lhes as chaves para um entendimento verdadeiro da sociedade de informação. Ela tem de passar a ser vis-

nível do hardware, software, redes) com carácter pedagógico e formativo no local e on-line (é preciso ensinar a pescar), de modo a aproveitar cada vez mais as verdadeiras potencialidades das TIC e impedir paragens frequentes por coisas de nada.

EM CONCLUSÃO:

As políticas e a vontade dos agentes locais e da própria comunidade do concelho são factores importantíssimos para ganhar o desafio da inclusão Digital. O Movimento E-Coruche tudo fará para o incluir no centro da agenda política.

Os efeitos de programas de formação de adultos (como o "Novas Oportunidades") e o combate à chamada infoexclusão são vitais para o futuro do concel-

dores de serviços electrónicos disponibilizados pela Administração Pública mas tem ainda um percurso longo a fazer na inclusão da maioria da população na Sociedade da Informação ou seja, uma barreira de e-inclusão a ultrapassar.

O combate à exclusão digital tem de ser assumido como uma política pública de promoção da inclusão social, senão o mundo poderá dividir-se entre os **“ricos em informação”** e os **“pobres em informação”** e as regiões que menos apostem na área das TIC ficarão cada vez mais afastadas daquelas que ganhem essa aposta.

É necessário preparar o concelho de Coruche para a sociedade da informação e criar condições para que o universo da-

contacto e interrelacionamento com a sua comunidade, ao espírito crítico e ao exercício pleno da sua cidadania.

Uma política de infoinclusão deve ter como um dos seus objectivos formar pessoas preparadas para a cidadania activa também na Internet, preparando-as para serem actores na rede global de computadores, produtores de conteúdo local (como o Movimento E-Coruche e outros já o estão a fazer) e não apenas consumidores de informação produzidas por outras instâncias de conhecimento e poder.

“No caso das tecnologias de informação e comunicação, não basta dar o peixe e até dar a cana de pesca, é preciso que os potenciais pescadores saibam como e

Os mais novos, normalmente, têm maior facilidade e interesse em utilizar as TIC do que pessoas de mais idade. Como tal, é necessário encontrar as formas mais eficazes de apresentar as Tecnologias de Informação aos mais idosos e sempre que possível aproveitando o conhecimento dos mais novos.

“Se Maomé não vai à montanha, que vá a montanha a Maomé”

São precisas soluções imaginativas para combater a situação de quem não tem formação e rendimentos para acesso à Net.

Um bom exemplo é o da iniciativa **“Net sobre rodas”**, carrinhas devidamente equipadas com equipamento informático (tipo Biblioteca Itinerante da Gulbenkian), só que em vez de

O Estado, como garante da equidade e promotor do bem-estar para toda a sociedade, deve impedir o **“apartheid”** digital.

Exemplo disso foi o contrato de prestação de serviços que a Câmara Municipal de Mora estabeleceu com a empresa TV Cabo para dotar a vila de Mora com as infraestruturas necessárias à recepção de televisão, telefone e Internet por cabo (no seu conjunto a preços mais acessíveis) que também permitirá reduzir o impacto das inestéticas antenas de televisão.

Relativamente ao ensino, que tem uma importância capital neste processo, não basta colocar computadores nas escolas. É preciso capacitar os seus docentes para que eles dêem as suas aulas utilizando os meios digitais

ta como um lugar de aprendizagem em vez de um espaço onde o professor se confina a transmitir o saber ao aluno; deve tornar-se num lugar onde são proporcionados os meios para edificar o conhecimento, atitudes e valores e adquirir competências. Só assim a Escola será um dos alicerces da sociedade do conhecimento.

Relativamente ao par-que informático instalado no concelho é preciso cuidar dele e formar os seus utilizadores.

Assim como existe o **Piquete de Águas, de Electricidade**, etc., também na área das TIC (nos serviços municipais, juntas de freguesia, escolas, bibliotecas, bombeiros, jardins de infância, museu, etc, etc.) deverá haver um acompanhamento de qualidade, eficiente e célere (ao

ho.

É urgente, pois, que todos, mas todos os agentes concelhios com responsabilidades neste domínio – autárquicos, educativos, sociais, económicos e a sociedade civil – **assumam as suas responsabilidades** e coloquem o tema da **infoinclusão** entre os seus principais objectivos e se mobilizem para o desenvolvimento de acções de formação massivas (de cidadania e gratuitas) que confirmem diploma de competências básicas em tecnologias da informação, o qual se constitui como um **“diploma de cidadania”** em termos de alavanca da dinamização da proximidade dos cidadãos aos computadores e à Internet (**Ex. Net sobre rodas**). »